

A CARTA DE CANGUÇU

No dia 6 de dezembro de 2009, reuniram-se na cidade de Canguçu, durante a "IV Feira de Sementes Crioulas" organizada pela UNAIC, um grupo de agricultores familiares deste mesmo Município, além de São Lourenço, Pelotas / Cascata, Dom Feliciano, Morro Redondo, Encruzilhada do Sul, São Sepé, Santa Maria (agricultores do Projeto Esperança/Coesperança); do MOGDEMA; incluindo alunos do CAVG, da UFPel/Instituto de Biologia.

A forma de trabalho baseou-se em manifestações sem contagem de tempo ou número de falas, permitindo aos presentes a livre expressão das suas idéias.

Assim procedendo, foi verificada, através de várias colocações, a grande preocupação com o processo de aplicação de agrotóxicos, feita de forma irresponsável por aviões, que disseminam, a grandes distâncias, tais venenos. Constatou-se casos nos quais esta atitude surgiu de estabelecimentos vizinhos, cujos proprietários sequer moravam no local, pois, ainda pior, eram estrangeiros. Tais pulverizações, além de ocasionar morte de animais silvestres, também têm exigido a hospitalização de várias pessoas que sofrem o efeito tóxico do veneno. Foi lembrado que quando um agricultor mata um animal silvestre é rigorosamente punido pela lei, enquanto que, em tais episódios, ocorre a total impunidade. Estes químicos ainda geram preocupação com relação às suas embalagens, cuja exigência de limpeza recai sobre o agricultor - a chamada tríplice lavagem, sendo o resto jogado no solo, envenenando ainda mais rios, cacimbas e

mananciais. Após o debate, ficaram óbvios os problemas que os "agroquímicos" provocam nas pessoas, além de destruir, inclusive, toda a vida orgânica do solo.

Na falta de alternativas - ausência de políticas públicas de apoio à agricultura familiar, o plantio do fumo da região é facilitado por "pacotes tecnológicos", repassados pela indústria da área, que toma conta dos agricultores. Embora algumas pessoas não desejem este tipo de lavoura, esta é a única alternativa que surge como forma de subsistência.

Muitos manifestaram extrema preocupação com os produtos transgênicos, que estão sendo liberados de forma irresponsável e infectando as sementes crioulas, que são um patrimônio valioso do homem do campo. Houve responsabilização direta contra a CNTBio, que tem assumido atitudes lamentáveis no exame e consequente liberação irresponsável de transgênicos.

Os problemas ocasionados pelos grandes maciços de eucalipto também são observados nesta região; mananciais e reservas hídricas diminuindo, grandes extensões de plantios afastando pessoas. Foi relatado, ainda, que animais silvestres - como a caturrita, têm buscado as lavouras de subsistência - como a de milho, para se alimentarem, já que não encontram sustento nos arredores, tomados por grandes lavouras de árvores. Foi sugerido por um presente, como proteção, colocar nestas lavouras pequenos "espantalhos" com formato de gavião, que é o inimigo natural da caturrita.

Os efeitos danosos verificado pelos monocultivos também foram descritos para a flora, com o aparecimento e já supremacia de algumas espécies invasoras. Um agricultor de Canguçu mostrou aos presentes algumas espécies e, uma, especificamente, não pôde ser identificada. Ele constatou que a planta tem ocasionado aborto e até morte entre bovinos. O material foi levado para tentar a sua identificação.

Desta forma, confirmou-se que a introdução de "novas tecnologias" (pesticidas, herbicidas totais,

transgênicos e outros) têm provocado um evidente desequilíbrio no meio rural, cujas consequências recaem sobre o próprio homem do campo, mas com lucro para empresas internacionais e o chamado "sistema financeiro".

Os presentes registraram, até mesmo, estarem sendo roubados nos seus direitos fundamentais, como o acesso à educação, pois os agricultores e seus filhos estão cada vez mais afastados dos locais de ensino, fruto da concentração de terras feita pelas grandes empresas. O aprendizado é obrigação do Estado e não pode ser rebaixado em detrimento das políticas financeiras, como se vê exemplificado no fechamento de mais de uma centena de escolas estaduais, principalmente na região do campesino. Constatou-se ser imperioso o estabelecimento de políticas públicas e não simples propostas de governos, que se sucedem em administrações fracassadas. Como exemplo de iniciativa positiva citamos o caso de Canguçu, que foi o pioneiro no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e tem sido uma excelente alternativa de comercialização.

Temos consciência de que devemos colocar o Bioma Pampa em destaque nas escolas, como conteúdo de estudo qualificado para crianças e com aprendizado baseado na rica e diversificada cultura da região, como fauna, flora, espécies silvestres, inclusive com visitas educativas nas propriedades rurais. Esta formação deve pertencer não só ao primeiro e segundo graus, mas também alcançar um desenvolvimento educacional técnico-tecnológico para o campesino.

Também, tão importante quanto ao já relatado, devemos chamar a atenção para a segurança pública, que requer ações e investimentos imediatos.

Durante as conversas houve troca de informações sobre os cuidados com a terra, e as experiências pessoais vitoriosas indicaram o manejo correto do solo, como a não aplicação de pesticidas e herbicidas que acabam com a vida orgânica, como as bactérias, elementos fundamentais no

metabolismo que favorecem a boa produção agrícola. Outro relato de sucesso foi a recuperação de áreas degradadas pelo plantio de eucalipto, com a aplicação, entre outros, do pó de rocha. Mudanças que normalmente levariam 30 dias para crescer, com a aplicação do pó de rocha este período foi abreviado para 18 dias.

Sob o aspecto da viabilidade econômica da pequena propriedade é fundamental a aplicação de uma política que garanta, não só o preço mínimo de comercialização, como também a colocação do produto no mercado consumidor. O agricultor familiar não pode ficar sujeito às políticas acumulativas do chamado "mercado", manipulado e explorado por grupos financeiros que amealha lucros exorbitantes explorando o trabalho alheio.

Constatamos, além disso, que a Reserva Legal, apesar de pequenos ajustes, beneficia os pequenos agricultores (menos de 30 ha., mas com possibilidade da lei aumentar para 100 ha.), todavia, os custos econômicos da sua aplicação são responsabilidade do Estado. Ainda, e muito importante, cabe a este mesmo Estado (dinheiro público aplicado na preservação ambiental e não no agronegócio predatório) assumir financeiramente a proteção de recursos naturais, como mananciais hídricos, pagando ao agricultor familiar pelo devido cuidado sobre tais regiões.

Por fim, foi percebida a importância da reunião e sua continuidade, assim como a importância do evento - IV Feira de Sementes Crioulas - na aproximação, atenção e proteção dos reais interesses da agricultura familiar.

Canguçu, 6 de dezembro de 2009